

Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS), São Luís, v. 5, n. 1, p. 1- 25, jan./jun. 2019
ISSN eletrônico: 2447-6498

Acumulação Capitalista e Trabalho: a Atualidade e Vigor da Produção Teórica Marxista¹

Capitalist Accumulation And Labor: The Actuality And Vigor Of Marxist Theoretical Production

ADRIANA LUCINDA DE OLIVEIRA

Doutora em Políticas Públicas (UFPR). Universidade Federal do Paraná.
Professora do curso de Serviço Social.
adrilucinda@gmail.com

LUIZ EVERSON DA SILVA

Doutor em Química (UFSC). É Professor Associado na Universidade Federal do Paraná
- Setor Litoral nos cursos de Licenciatura em Ciências.
luiever@gmail.com

SILVANA MARTA TUMELERO

Doutora em Serviço Social (UFSC). Universidade Federal do Paraná.
Professora do curso de Serviço Social.
siltumelero.ufpr@gmail.com

RESUMO

O presente ensaio aborda as categorias acumulação capitalista e trabalho a partir da perspectiva marxista, evidenciando a atualidade e o vigor das discussões dessa matriz teórica para compreensão da conjuntura atual. Buscou-se, na produção de Mészáros, os elementos para caracterizar o sociometabolismo do capital e o processo de acumulação capitalista com vistas a compreender as expressões do acirramento do processo de acumulação capitalista no mundo do trabalho. Para clarificar o debate, recorreu-se aos estudos de Ruy Mauro Marini que, ancorado na perspectiva marxista, analisa o desenvolvimento do Brasil e da América Latina. Nesta perspectiva, evidenciou-se a categoria “superexploração do trabalho” como um dos vetores do desenvolvimento das regiões periféricas no sistema capitalista mundializado. Essa discussão nos conduziu à centralidade da categoria trabalho, como a atividade que garante a sobrevivência da maioria da população, e que lhes dá identidade e reconhecimento. Por fim, concluímos com a importância e premência da construção teórica marxista tanto para desvelar a conjuntura atual quanto para tecer e subsidiar a luta social na construção de outra sociabilidade.

Palavras-chave: Acumulação capitalista. Trabalho. Superexploração do Trabalho.

ABSTRACT

The presente article deals with the categories capitalist accumulation and work from the Marxist perspective, evidencing the actuality and the vigor of the discussions of this theoretical matrix for understanding the current conjuncture. The elements for characterizing the sociometabolism of the capital were studied in the production of Mészáros and the process of capitalist accumulation with a view to understanding the expressions of the intensification of the process of capitalist accumulation in the world of work. To clarify the debate, we sort to the studies of Ruy Mauro Marini, anchored in the Marxist perspective, analyzing the development of Brazil and Latin America. In this perspective, the category "superexploitation of labor" was shown as one of the vectors of the development of peripheral regions in the globalized capitalist system. This discussion led to the centrality of the category of labor, as

¹ Artigo submetido para avaliação em 04/01/2019 e aprovado em 13/05/2019.

the activity that guarantees the survival of the majority of the population, and which gives them identity and recognition. Concludes with the aim and urgency of the theoretical Marxist construction both to unveil the current conjuncture and to weave and subsidize the social struggle in the construction of the sociability.

Keywords: Capitalist accumulation. Labor. Superexploitation of Labor.

1. INTRODUÇÃO

O presente ensaio teórico aborda as categorias acumulação capitalista e trabalho a partir da perspectiva marxista, evidenciando a atualidade e o vigor das discussões dessa matriz teórica para compreendermos a conjuntura atual. Na primeira parte, buscamos na produção de Mészáros os elementos para caracterizar o socio-metabolismo do capital e o processo de acumulação capitalista que no capitalismo tardio (Mandel) traz consigo uma crise estrutural que afeta, pela primeira vez na história, a totalidade da humanidade, mostrando-se longeva, duradoura e sistêmica. Na segunda parte, apresentamos as expressões do acirramento do processo de acumulação capitalista no mundo do trabalho e na terceira parte recorremos ao debate de Ruy Mauro Marini, que ancorado na perspectiva marxista, analisa o desenvolvimento do Brasil e da América Latina, partindo da compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação (MARTINS, 2013, p.16). O referido autor desenvolve a categoria “superexploração do trabalho” como um dos vetores do desenvolvimento das regiões periféricas no sistema capitalista mundializado. Essa discussão nos leva à centralidade da categoria trabalho como a atividade que garante a sobrevivência da maioria da população; que lhes dá identidade e reconhecimento.

Concluimos o ensaio enaltecendo a premência da construção teórica marxista, tanto para desvelarmos a conjuntura atual quanto para tecermos e subsidiarmos a luta social na construção de outra sociabilidade.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Acumulação Capitalista

O processo de acumulação capitalista caracteriza-se pela produção e reprodução social por meio de ciclos de crises econômicas que são inerentes ao

processo capitalista. Karl Marx explicitou no capítulo XXIII do *Capital*, a lei geral de acumulação capitalista, evidenciando que esta consiste no uso ampliado dos meios de produção e da força de trabalho, enquanto elementos que constituem a esfera de produção de mercadorias. As mercadorias, como elementos que participam diretamente da acumulação capitalista, precisam ser compreendidas na dinâmica complexa de sua produção.

O valor de uma mercadoria está para o valor de qualquer outra, assim como o tempo de trabalho necessário à produção de uma está para o tempo de trabalho necessário à produção de outra...a produtividade do trabalho é determinada pelas mais diversas circunstâncias, entre elas a destreza média dos trabalhadores, o grau de desenvolvimento da ciência e sua aplicação tecnológica, a organização social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção, e as condições naturais...quanto maior a produtividade do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho requerido para produzir uma mercadoria (MARX, 1968, p. 46-47).

Assim, é no aumento da quantidade e no aprimoramento de meios de produção que um trabalhador dispõe, tornando-o capaz de produzir determinado volume de mercadorias, sob menor espaço de tempo, que reside a lógica da produção capitalista. Como a mais-valia é o excedente de trabalho não pago pelo comprador da força de trabalho; diminuir o valor do capital variável, aumentar a massa de trabalho não pago e aplicar produtivamente esse mais-valor é o que garante ao sistema a reprodução ampliada, a acumulação (LIMA, 2009, p. 3).

A lei de acumulação capitalista, mistificada em lei natural, na realidade só significa que sua natureza exclui todo decréscimo do grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que possam comprometer seriamente a reprodução contínua da relação capitalista e sua reprodução em escala sempre ampliada. E tem de ser assim, num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, em vez de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 2008, p. 724).

De acordo com Mészáros (2002), a partir de 1970 o sistema do capital passa a viver uma nova fase, denominada de crise estrutural do capital. Para o referido autor, desde os fins de 1960 e início dos anos 1970, que foram marcados por um *depressedcontinuum*, o sistema capitalista, depois de viver um longo período dominado por períodos de expansão e crise, passa a exibir características de uma nova forma de

crise. Nessa nova fase não acontecem os espaços cíclicos entre expansão e recessão, mas a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas.

Mandel designa a crise estrutural do modo de produção capitalista de “Capitalismo Tardio” (1985, p. 150). Para o referido autor, na natureza do capital, as crises vão se caracterizar por ondas longas expansivas de amplo desenvolvimento das forças produtivas, seguidas por ondas longas recessivas, marcadas pela queda na superacumulação do capital. Nas palavras do autor:

Toda onda longa com tonalidade expansionista é marcada, devido a sua própria natureza (enquanto fase de expansão) por uma ampliação temporária dos setores não monopolizados, isto é, pela possibilidade de aumentar os superlucros. Na fase final dessa onda, e, especialmente da onda longa com tonalidade de estagnação que se sucede a ela, há, ao contrário, um aumento do tempo de concentração e centralização do capital (MANDEL, 1985, p.382).

Para Mandel (1985), a crise do petróleo em 1973 demarcou o início de uma série de recessões em meio à expansão das grandes corporações multinacionais, a globalização dos mercados, a intensificação dos fluxos internacionais do capital, a aceleração das inovações tecnológicas e a incapacidade de generalizar as potencialidades dos avanços da automação.

De acordo com Mészáros (2002), a crise afeta, pela primeira vez na história, a totalidade da humanidade, mostrando-se longeva e duradoura, sistêmica e estrutural. Para Mészáros (2002), enquanto as crises periódicas ou conjunturais do capitalismo se desdobram e se resolvem com maior ou menor êxito no interior de uma dada estrutura política, a crise estrutural afeta a própria estrutura política como um todo. Além disso, “ela afeta a totalidade de um complexo social em todas as suas relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, aos quais é articulada” (p. 797). Diferentemente de uma crise não estrutural que afeta apenas algumas partes do complexo em questão. Em relação à natureza da crise estrutural, Mészáros (2002) apresenta as seguintes características definidoras desse processo: i) o seu caráter é universal, ou seja, a crise não afeta apenas este ou aquele ramo particular de produção ou este e não aquele tipo de trabalho; ii) tem um alcance global, portanto atinge a todos os países e não um conjunto particular de países como foram as crises cíclicas; iii) sua escala de tempo é contínua e permanente ao invés de limitada e cíclica como as crises anteriores; iv) seu modo de evolução é rastejante, em contraste com as erupções e os colapsos espetaculares e

dramáticos no passado. Todas essas características da natureza da crise estrutural do capital levam Mészáros (2002, p. 797) a argumentar que “a crise não está relacionada aos limites imediatos, mas aos limites últimos de uma estrutura global”.

Nesse sentido, o autor diz que os limites do capital “não podem ser conceituados como meros obstáculos materiais a um maior aumento da produtividade e da riqueza sociais, enfim como uma trava ao desenvolvimento, mas como um desafio direto à sobrevivência da humanidade” (idem, p.699).

Na sua análise do capitalismo contemporâneo, Mészáros (2002) recupera o termo metabolismo utilizado por Marx, que o compreendeu como conjunto complexo, dinâmico e interdependente das necessidades e relações geradas e constantemente reproduzidas de forma alienada no capitalismo (FOSTER, 2005). Mészáros (2002) refere-se ao socio metabolismo do capital, que pode ser traduzido como a lógica inerente do capital, que tem no seu núcleo três dimensões fundamentais do sistema: capital, trabalho e Estado sendo impossível superar o capital sem a eliminação do conjunto de elementos que compreende este sistema.

O capital é um sistema de comando cujo modo de funcionamento é orientado para a acumulação, e esta pode ser assegurada de muitas formas. Presenciamos diariamente a crise e sua barbárie, expressas na destruição e degradação ambiental, no desemprego, nas condições de trabalho análogas ao trabalho escravo, nas condições desumanas de vida, na miséria e na fome que assolam milhares de pessoas no mundo, enquanto, por outro lado se intensifica a concentração de renda e o domínio do sistema financeiro e especulativo. Ou seja, "essas contradições não podem ser jogadas para debaixo do tapete" (Idem, p. 39). E nessa dinâmica o Estado é um dos elementos acionados para a minimização das crises do capital, explicitando sua atuação sob uma dualidade esquizofrênica entre causas e efeitos, sendo que as ações se concentram nos efeitos, sem sequer a causa (metabolismo do capital) ser colocada em pauta.

O capital é incontrolável, predatório, sua lógica é essencialmente destrutiva. Essa lógica se acentuou no capitalismo contemporâneo, onde o capital não trata valor de uso e valor de troca como separados, mas de um modo que subordina o primeiro ao último. Mandel contribui com esta análise ao afirmar que

[...] as crises não são provocadas unicamente por uma desproporcionalidade de valor entre os vários ramos da indústria, mas também por uma

desproporcionalidade entre o desenvolvimento do valor de troca e do valor de uso, isto é, pela desproporcionalidade entre a valorização do capital e o consumo (1985, p.22).

A orientação de um sistema produtivo baseado no valor de troca faz com que as necessidades materiais tornem ilimitadas as práticas de consumo, estimulando, portanto, a criação de necessidades. Nesse sentido, Mészáros (2002) desenvolveu a tese da taxa de utilização decrescente do valor de uso das coisas. Essa taxa pode ser compreendida da seguinte forma: a intensa concentração da produção sob fusões empresariais e concentração de países em blocos econômicos torna os mercados consumidores mais compactos e, como consequência, hoje não há mais onde conquistar mercados novos. Resta, então, que nesses mercados, as mercadorias sejam continuamente renovadas. Ao reduzir a vida útil das mercadorias, acelera-se o ciclo reprodutivo e o capital manifesta novamente seu metabolismo.

O que está em questão aqui não é apenas a dissipação destrutiva das potencialidades produtivas do capital, sintonizada com as mais absurdas manifestações da queda da taxa de utilização, mas também o fato agravante de que tais práticas perdulárias não mais parecem realizar sua antiga função no processo de reprodução societária. A “destruição produtiva”, uma vez celebrada por reputados economistas, perdeu seu poder produtivo, transformando-se num dreno espoliador do sociometabolismo básico do nosso lar planetário (Idem, 2002, p.631).

Joseph Schumpeter, um dos reputados economistas defensores do sistema do capital, em seu livro *Capitalismo, socialismo e democracia* defende a destruição criadora como sua força motriz, trazida pelas inovações tecnológicas. Nas palavras do autor:

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. [...] trata-se de um processo de mutação industrial [...] - que revoluciona incessantemente [originando os ciclos econômicos] a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver (SCHUMPETER, 1961, p.105-106).

Mészáros (2002, p. 267), ao criticar essa concepção, demonstra que historicamente “passamos da prática de `destruição produtiva` da reprodução do capital

para uma fase em que o aspecto predominante é o da *produção destrutiva* cada vez maior e mais irremediável”.

Segundo Netto e Braz (2009), esse processo expressa a busca constante de restaurar a lógica do capital. Os autores, em consonância com Mandel (1985) e Mészáros (2002) afirmam que para enfrentar essa longa onda recessiva, o capital tem utilizado três respostas como uma estratégia articulada sobre um tripé: “reestruturação produtiva, financeirização e ideologia neoliberal” (NETTO; BRAZ, 2009, p. 214).

Os referidos autores compreendem a ideologia neoliberal como um conjunto de estratégias e concepções que fundamentam a desregulamentação das atividades econômicas, concebem o homem/mulher como ser atomisticamente possessivo, competitivo e calculista, naturalizam as desigualdades e adotam uma concepção minimalista de liberdade, reduzindo-a à égide mercadológica.

Essa ideologia legitima precisamente o projeto do capital monopolista de romper com as restrições sociopolíticas que limitam a sua liberdade [...] sustentando a necessidade de diminuir o Estado e cortar as suas gorduras, justifica o ataque que o grande capital vem movendo contra as dimensões democráticas da intervenção do Estado na economia [...]. Na verdade, o que pretendem os monopólios e seus representantes nada mais é que um Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital (NETTO; BRAZ, 2009, p. 227).

Essa ideologia ganhou visibilidade e materialidade como a alternativa teórica, econômica e política diante da crise do capitalismo de base fordista e das atribuições do Estado de bem-estar.

Somente um capitalismo duro e livre de regras seria capaz de proporcionar a vitalidade da concorrência e, conseqüentemente, a retomada do crescimento econômico. As medidas de contenção dos gastos sociais do Estado implicariam a redução dos impostos e encargos sobre rendas e rendimentos altos; a supressão das garantias de emprego e privatização das empresas estatais garantiriam a restauração das taxas naturais de desemprego, reduzindo a poder das classes trabalhadoras para reivindicar melhorias salariais e gastos sociais, permitindo a dinamização da economia. Desta forma, a reestruturação produtiva e os ajustes de cunho neoliberal evoluíram lado a lado com a desestruturação do mercado de trabalho (PARANHOS, 2010, p. 38).

A financeirização pode ser compreendida como o modo de funcionamento do capitalismo na contemporaneidade, que tem na especulação dos mercados de ações, imóveis, moedas, créditos, commodities e outros ativos, sua lógica. A financeirização é

um processo sistêmico, atravessado pelos fluxos de capitais e pelo crescimento do capital fictício. Entende-se por capital fictício as ações, as obrigações e outros títulos de valor que possuem valor em si mesmos.

A financeirização do capitalismo contemporâneo deve-se a que as transações financeiras (isto é; as operações situadas na esfera de circulação) tornaram-se sob todos os sentidos hipertrofiadas e desproporcionais em relação à produção real de valores – tornaram-se predominantemente especulativas. Os rentistas e os possuidores do capital fictício extraem ganhos sobre valores frequentemente imaginários (Idem, p.232).

Completando o tripé sugerido por Netto e Braz (2009), a reestruturação produtiva pode ser compreendida como um conjunto de mudanças na organização da produção material, das modalidades de gestão e do consumo da força de trabalho, traduzindo outra lógica e configuração do capital. Harvey (2007) denomina esse processo de regime de acumulação flexível, que se expressa na

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HARVEY, 2007, p.140).

Para Harvey (2007), vive-se um cenário de mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas desde a primeira década de 1970. No entanto, adverte que tais mudanças não indicariam o surgimento de uma sociedade pós-capitalista, apenas revelam que a rigidez do padrão de acumulação capitalista taylorista-fordista tem se mostrado ineficaz no atendimento das demandas do capital na atualidade.

Segundo o autor, a promessa fordista/keynesiana foi incapaz de interromper as contradições próprias do capitalismo, devido à rigidez para resistir aos investimentos de capital fixo em larga escala e em longo prazo, bem como pela impossibilidade de atender aos mercados de consumo variantes em função de planejamentos inflexíveis.

Nessa mesma perspectiva teórica, Oliveira (2002) fala do círculo entre exclusão e inclusão subordinada como condição para o processo de produção e reprodução do capital; sendo constitutivo lógico necessário das sociedades capitalistas modernas, ou seja, são faces inseparáveis da mesma moeda.

O preço pago para que o princípio de síntese do capital seja capaz de abranger toda a realidade é torná-la disponível à sua lógica, ou seja, é preciso antes despojá-la de

sua condição de complexidade e reduzi-la à simplicidade das determinações quantitativas da economia (OLIVEIRA, 2002, p. 75).

É justamente essa supremacia do capital que gerou a valorização da economia na sociedade capitalista, distanciando a economia das outras dimensões da vida como a política, a histórica, a cultural e ideológica. Fontes (2010) complementa a análise ao afirmar ser essa a crítica apontada na extensa obra de Marx, ao enfatizar que o capitalismo e a sua dinâmica de produção e reprodução geram a aparente autonomização da economia. Essa dimensão fetichista substitui as relações humanas por relações entre coisas (a começar pela reificação do próprio capital ou de sua acumulação).

Marx defendia uma concepção de economia que compreendia relações de produção, modos de pensar, relações entre os homens e não mero mercantilismo ou economicismo. Segundo Marx:

Na produção social de sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a um determinado grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais. O conjunto destas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base concreta sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e a qual correspondem determinadas formas de consciência social. O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência (MARX, 1983, p.24).

Assim a consciência dos homens não é concebida como produto da estrutura econômica, mas sim da totalidade do ser, ou seja, pelo processo social, político, histórico, ideológico, espiritual que permeia e constitui a vida humana. Essa concepção coloca a economia como um elemento em meio às relações.

A descaracterização dessa dimensão da economia foi influenciada pela construção teórica gerada na II Internacional², conhecida como marxismo vulgar, onde os seguidores de Marx, a partir de uma visão deturpada de seus escritos, reforçam a economia enquanto elemento determinante das relações, sobrepondo-a ante as outras dimensões, separando-a da condição de meio e colocando-a na posição de início e fim em si mesma.

² Segunda Internacional – É fundada em 1889, na França, por representantes dos partidos social-democratas, que retomam a Associação Internacional dos Trabalhadores, instituída por Marx em 1864.

Engels, amigo e coautor de várias obras de Marx, ao perceber as vulgarizações e desvirtuamentos da obra marxiana defende:

O fato que em última instância é determinante na história é a produção e reprodução da vida real [...] se agora alguém deforma as coisas, afirmando que o fator econômico seria o único fator determinante, transforma aquela proposição numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos momentos da superestrutura [...] exercem também a sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam de modo preponderante a forma dessas lutas. Há uma ação e reação recíproca de todos esses fatores; e é através delas que o movimento econômico termina por se afirmar como elemento necessário, em meio à infinita massa de causalidades (ENGELS, apud LUCKÁS, 1979, p.154).

Outro fator constituinte e constituído nesse processo de supremacia da economia refere-se a gradual, intermitente e profunda transformação das pessoas, dos trabalhadores, gerada pelo sistema capitalista. Foucault (1979) realiza essa análise ao identificar que interessa ao capitalismo “tornar os homens dóceis politicamente. Portanto, aumentar a utilidade econômica e diminuir os inconvenientes, os perigos políticos; aumentar a força econômica e diminuir a força política” (1979, p. XVI).

Fontes (2010) denomina essa preeminência da economia de fetiche e alerta para a necessidade de demonstrá-lo, pois ao fazê-lo devem emergir as relações humanas, sempre sociais, que sustentam todo o processo.

É preciso incorporar tanto os elementos objetivos do processo quanto seus aspectos subjetivos, aqueles que nos conformam como se fôssemos moldados pela matéria contraditória da lógica dominante e destinados a viver em função dela quando, ao contrário, somos seres sociais, históricos e podemos assenhorear-nos do que produzimos (FONTES, 2010, pg.40).

Essa supremacia do econômico é uma das características do regime de acumulação do capital que busca submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda a atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado.

Essa afirmação nos possibilita compreender o contexto das transformações do mundo do trabalho, as novas exigências postas ao trabalhador, bem como a retórica que anuncia o domínio do mercado, como “ente” superior que orchestra e manipula as vidas.

2.2 Acumulação capitalista e as transformações no mundo do trabalho

O modo de produção capitalista caracteriza-se pela propriedade privada dos meios de produção; pelo processo de produção coletiva, com acumulação privada; pela alienação dos trabalhadores frente ao processo de trabalho; pelo processo de industrialização; disciplina fabril e exploração do trabalho. Esses elementos demonstram que a contradição capital-trabalho é a mediadora das relações sociais de produção capitalista, bem como a divisão social do trabalho, a existência de classes sociais (detentores dos meios de produção e vendedores da força de trabalho), de trabalho assalariado e da mercantilização das coisas e dos trabalhadores.

O conceito de relações sociais de produção refere-se às formas estabelecidas de distribuição dos meios de produção e do produto, e o tipo de divisão social do trabalho numa dada sociedade e em um período histórico determinado. Ele expressa o modo como os homens se organizam entre si para produzir; que formas existem naquela sociedade de apropriação de ferramentas, tecnologia, terra, fontes de matéria-prima e de energia, e eventualmente de trabalhadores; quem toma as decisões que afetam a produção; como a massa do que é produzido é distribuída, qual a proporção que se destina a cada grupo, e as diversas maneiras pelas quais os membros da sociedade produzem e repartem o produto (OLIVEIRA;QUINTANEIRO, 2002, p.34).

Desta forma, as relações sociais de produção na sociedade capitalista têm no capital a sua base, sendo que o trabalho é objetivado como produção social e os trabalhadores que não possuem os meios de produção, produzem a propriedade e a riqueza para os proprietários desses meios.

Foucault (1979) reforça essa constatação e analisa o poder disciplinar, presente na vida cotidiana, por intermédio de Instituições como a igreja, escola, fábrica, prisão. Esse poder disciplinar regula a mobilidade, a educação, a saúde, a riqueza, os corpos, a vida e é descrito pelo autor como o:

[...] controle minucioso das operações do corpo, que asseguram a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade. É o diagrama de um poder que não atua do exterior, mas trabalha o corpo dos homens, manipula seus elementos, produz seu comportamento, enfim, fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial, capitalista (1979, p. XVII).

Assim o trabalhador não vive do trabalho, mas vive para o trabalho. Segundo Ribeiro (2009, pg. 334) o trabalho apresenta-se “como potencial estruturador da existência humana e mediador primordial da relação com o mundo e com os outros”. Assim, o trabalho ocupa a centralidade da vida, é ele que dá significado e identidade à pessoa.

Pelo trabalho, os seres humanos apreendem, compreendem e transformam as circunstâncias, ao mesmo tempo em que buscam transformar a realidade em que estão inseridos. Enquanto produzem sua existência, vão além de sua condição biológica, testam seus limites, aprendem sobre si, sobre os outros e sobre a natureza; enfim, produzem conhecimento e se educam (SILVA, 2005, p. 13).

Ribeiro e Mancebo (2009) afirmam que trabalho é muito mais que vender a força de trabalho em troca de remuneração. Há nesse processo, uma remuneração social expressa na possibilidade de manter contato com outras pessoas, de ocupar-se, de reconhecer-se como parte de um grupo e da sociedade, de autorrealização, de desenvolvimento de potencialidades e de vivências com experiências psicossociais.

No entanto, essas relações que permeiam a dinâmica do trabalho têm sofrido um intenso, sucessivo e predador processo de mercantilização e mercadorização do/a trabalhador/a. Esse processo foi denominado por Marx de alienação, que significa o estranhamento do trabalhador frente ao produto de seu trabalho, em relação às coisas, em relação a si mesmo, em relação a sua própria vida, sendo que só existe para o capital. Segundo Martinelli (1997), a alienação é produzida pela dinâmica da própria sociedade burguesa como mecanismo de autopreservação. Torna-se uma determinação objetiva da vida social no mundo de produção capitalista, penetrando na consciência das pessoas, leva-as a não mais se reconhecerem nos resultados ou produtos de sua atividade, a se tornarem alheias, estranhas, alienadas até mesmo à realidade onde vivem (1997 p.62).

A alienação multifacetada reforça o processo de despolitização desenvolvido pelas relações capitalistas. No entanto, o próprio Marx analisou as possibilidades de transformação, de revolução, de mudança, de ruptura. Para o referido autor, a transformação ocorre mediante contradições, antagonismos, movimento e ação dos próprios homens no curso da trajetória histórica e das condições sociais, políticas e materiais, econômicas de cada realidade. “A sociedade atual não é um ser petrificado,

mas um organismo capaz de mudar, constantemente submetido a processo de transformação” (MARX, 1987, p.7). Com relação aos homens e mulheres, sujeitos dessa possibilidade de transformação, o autor afirma: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1977, p.17).

Por isso a categoria historicidade tem tanta relevância na obra marxiana, pois compreender determinada realidade requer identificar, numa perspectiva histórica, as múltiplas determinações que a constituíram, as mediações, as condições objetivas, a ação dos sujeitos através de um movimento sincrônico e diacrônico, não etapista e evolucionista, e sim dinâmico e complexo.

Tendo presente a historicidade do processo, romper com a intensa alienação gerada pelas relações capitalistas requer a tomada de consciência, o desvelar dessa construção histórica com suas nuances. Marx vislumbrou uma possibilidade de transformação a partir da tomada de consciência dos trabalhadores, tendo como referência as aproximações sucessivas da realidade em que vivia. No entanto, a evolução do capitalismo tem gerado a sua complexificação e demonstrado novas formas de rearticulação, de manutenção e de respostas, dificultando a reação dos sujeitos, intensificando o processo alienante.

Os rebatimentos desse processo na vida cotidiana das pessoas caracterizam-se pelo desemprego, subemprego, pelo empobrecimento, pela dificuldade de acessar a satisfação das necessidades básicas, pela exclusão no usufruto da riqueza produzida, exclusão no acesso às informações, exclusão aos direitos sociais.

A raiz desses males está na sobrevivência da produção de mercadorias – em outras palavras, na reconstrução da força de trabalho social total, fragmentada em trabalhos privados pela via do rodeio das leis de mercado, com sua reificação de todas as relações humanas e sua mudança de todas as atividades econômicas, passando de meios a fins de satisfação das necessidades humanas racionais e de ampliação das possibilidades da vida humana, como fins em si mesmas.(MANDEL,1985, p.402).

O cenário que visualizamos é marcado pela intensificação das desigualdades sociais, pela concentração exacerbada da riqueza e do poder, refletidas na complexificação das expressões da questão social, na insustentabilidade ambiental, na

insegurança generalizada diante da vida. “Marx previu esse processo há mais de um século, quando afirmou que o capital só poderia desenvolver-se (e desenvolver as forças produtivas) saqueando simultaneamente as fontes da riqueza humana, da terra e do trabalho” (Idem, 1985, p.403).

Com vistas a visualizarmos a complexidade e abrangência desses reflexos para as trabalhadoras e trabalhadores, apresentamos alguns desses elementos.

a) A perda da estabilidade no trabalho fabril aumentou consideravelmente o número de demissões e contratações temporárias sem vínculos empregatícios, alternando assim o número de empregados/as de acordo simplesmente com os interesses e necessidades da empresa. Harvey (2007, p.143) denomina esse processo de volatilidade de mercado, onde os regimes e contratos de trabalho são flexibilizados, reduzindo o “emprego regular em favor do crescente uso do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado”.

b) A participação de vários países na construção de um único produto, ou seja, cada um fabrica uma parte de um mesmo produto que em seu contexto trará resultados mais favoráveis, levando-se em consideração o material utilizado e o preço da mão-de-obra. Para isso, “novos sistemas de coordenação são implantados, por meio de uma complexa variedade de arranjos de subcontratação ou por intermédio do domínio e integração de pequenos negócios sob a égide de poderosas organizações financeiras ou de marketing” (Idem, p.150).

c) As empresas passam a exigir trabalhadores/as polivalentes e multifuncionais, diminuindo assim seu quadro funcional. Considerando a premente agilidade do fluxo de informações, permanece no mercado os/as trabalhadores/as e as empresas que conseguirem acompanhar esse ritmo. Harvey considera que o “próprio saber torna-se a cada dia uma “mercadoria-chave a ser produzida e vendida a quem pagar mais” (2007, p.150, grifos meus).

d) Os trabalhadores/as perderam direitos conquistados com movimentos e lutas no mundo inteiro. A representação de classe, com a fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores/as, tornou-se bastante complexa. Mudanças como a intelectualização do trabalho, desqualificação de algumas atividades profissionais e principalmente os novos arranjos das contratações e a insegurança trazida pelo desemprego contribuíram para que houvesse uma classe trabalhadora dividida, desarticulando-se as lutas, perdendo-se assim espaços e direitos. Para Harvey (2007, p.144) está ocorrendo o “solapamento da organização da classe trabalhadora”.

e) Podemos situar ainda as inúmeras fusões entre empresas, os novos fluxos e sistemas financeiros, o empreendedorismo com papéis e o controle de informações e dos veículos de propagação da cultura populares. Todas essas estratégias alcançaram tamanho grau de complexidade que ultrapassam a compreensão da maioria das pessoas, entretanto interferem em suas vidas diretamente de várias formas.

Esses são alguns elementos que demonstram os impactos da acumulação capitalista contemporânea na vida cotidiana em suas diversas dimensões. Harvey (2007) complementa ao afirmar que o movimento de flexibilização do capital reforça o fugidío, o efêmero, o fugaz e o individualismo exacerbado, dificultando a visualização da complexidade e da intensidade das mudanças trazidas.

Segundo Mézáros (2002), a dependência do trabalho em relação ao capital é relativa, historicamente criada e historicamente superada. Mas na atualidade, o trabalho obtém concessões ao preço de ser forçado a constantemente reduzir o volume de trabalho necessário para garantir a continuidade da reprodução capitalista. Todavia, não conquista o poder de organizar a produção de acordo com o princípio do tempo disponível. Assim, o capital transforma os ganhos do trabalho em sua própria auto expansão lucrativa ao elevar a produtividade do trabalho.

As modificações derivadas do exaurimento do regime de acumulação “rígido”, mais as implicações da revolução tecnológica, estão subvertendo o “mundo do

trabalho” e afetando diretamente o conjunto dos que vivem da venda de sua força de trabalho (NETTO, 1996, p.93-94).

Netto (1996) considera que as transformações do nível social e no mundo do trabalho estão além das alterações das estruturas de classe, apesar de estarem conectadas e nelas repercutirem. A ela vinculam-se as modificações no perfil demográfico das populações; a expansão urbana; a difusão da educação formal; as reestruturações familiares; o protagonismo social das mulheres e dos jovens sendo considerados agentes sociais independentes. Ainda vale destacar a existência crescente de um segmento de trabalhadores e trabalhadoras desprotegidos, que compõe um universo heterogêneo, mas que estão além de se caracterizarem como uma “nova pobreza”, situam-se à borda da sociedade oficial.

O sistema de flexibilização do trabalho está supondo também à flexibilização (redução ou desmontagem) dos direitos do trabalho. Essa lógica necessita do trabalho parcial, do trabalho de terceiros e do parceiro, o que Antunes (1996) chama de subtrabalho e uma subproletarização do trabalhador, de modo a flexibilizar e dar efetividade a um modo de produção que é essencialmente destrutivo. Se a classe trabalhadora já é uma classe fragmentada, o subtrabalho e a subproletarização são desafios para os sindicatos ou para uma proposta anticapitalista, que tem de caminhar no sentido de incorporar e dar mais coesão a tantas fragmentações. Para os trabalhadores passa-se uma imagem de superação do trabalho coletivo e que agora é o momento de cuidar da vida cotidiana, dos interesses imediatos e corporativos. Esses discursos “deixam de lado o aspecto da dinâmica estrutural do mercado de trabalho, a qual, em última análise, é responsável pelas possibilidades concretas de inserção profissional e de condições de trabalho passíveis de serem escolhidas pelos trabalhadores” (COGO, 2011, p. 467).

Esta posição é fundamental para o capital, na medida em que retrai o âmbito da luta para esse universo e não permite vislumbrar nada além da imediatez, para além do capital, o questionamento essencial fica muito difícil. Deste modo, evidenciando o viés individualista que o trabalho adquiriu na contemporaneidade, dificultando a análise crítica das transformações ocorridas na esfera laboral. Objetivando aprofundar essa discussão, recorreremos à categoria superexploração do trabalho cunhada por Ruy Mauro Marini.

2.3 A superexploração do trabalho

A partir de uma perspectiva marxista, a obra de Marini analisa o processo de acumulação capitalista, tendo como referência a realidade da América Latina. Parte da compreensão do capitalismo como sistema mundial hierarquizado, monopólico e desigual que produz e reproduz padrões nacionais/locais distintos de acumulação (MARTINS, 2013).

O referido autor analisa a partir da revolução industrial, a configuração de dependência assumida pela região na divisão internacional do trabalho. Dependência entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (MARINI, 2000, p. 4).

Nessa relação, cabe aos países subordinados a produção de bens primários e aos países centrais a produção de bens industrializados. Entretanto, a América Latina não se limitou a oferecer alimentos aos países centrais, “mas ampliou-se para o fornecimento de matérias-primas industriais, o que se mostrou ser uma das funções mais duradouras da região”. A participação da AL no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, isto é, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador.

Segundo Marini, a mais-valia relativa³ corresponde a

uma forma de exploração do trabalho assalariado que, fundamentalmente com base na transformação das condições técnicas de produção, resulta na desvalorização real da força de trabalho [...]. Para isso, a redução do valor social das mercadorias deve incidir em bens necessários à reprodução da força de trabalho, isto é, em bens-salários. A mais-valia relativa está ligada indissolavelmente, então, à desvalorização dos bens-salários, para o que concorre em geral, mas não forçosamente, a produtividade do trabalho (2000, p. 6-7).

³ Mandel (1985, p. 118) corrobora com essa afirmação ao concluir que o “método característico de extração de sobretalho sob o capitalismo tardio é a ampliação da mais-valia relativa”.

Ao aumentar a produtividade, o trabalhador só cria mais produtos no mesmo tempo, mas não mais valor; é justamente esse fato o que leva o capitalista individual a procurar o aumento de produtividade, já que isso permite reduzir o valor individual de sua mercadoria, em relação ao valor que as condições gerais de produção lhe atribuem, obtendo assim mais-valia superior à de seus competidores — ou seja, mais-valia extraordinária. Dessa forma, essa mais-valia extraordinária altera a repartição geral da mais-valia entre os diversos capitalistas, ao traduzir-se em lucro extraordinário, mas não modifica o grau de exploração do trabalho na economia ou no setor considerado, ou seja, não incide na taxa de mais-valia (MARINI, 2000, p.4).

Nesse sentido, ganha centralidade a categoria superexploração do trabalho, abordada por Marini como característica fundamental do capitalismo dependente, haja vista que ao aumentar a produtividade, o trabalhador amplia os produtos, mas não o seu valor; já que a determinação da taxa de mais-valia não passa pela produtividade, mas pelo grau de exploração da força de trabalho, ou seja, a relação entre o tempo de trabalho excedente e o tempo de trabalho necessário.

Como os preços dos produtos primários (alimentos e matérias-primas) caem em relação aos manufaturados quando a oferta amplia-se, Marini (2000) considera que a presença de trocas desiguais (transações realizadas em condições de divergência entre preços e valores) não enseja busca pela equivalência nas trocas, mas, fundamentalmente, vai procurar compensar essa perda de renda, internamente ao país exportador de bens primários, através de um mecanismo de superexploração dos trabalhadores que se substancia em salários abaixo do custo de reprodução da força de trabalho, longas e intensas jornadas de trabalho e sem mudanças que levem a aumentos da produtividade do trabalho. É importante destacar que essa será uma marca da constituição do mercado de trabalho brasileiro (CARLEIAL, 2012).

Assim, o autor em debate, afirma que a superexploração do trabalho se dá por meio de três mecanismos: intensificação do trabalho, prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho (MARINI, 2000, p.8). Em análise à produção teórica de Marini, Martins (2013) acrescenta um quarto elemento, qual seja: “o aumento da qualificação do trabalhador sem a remuneração equivalente ao incremento de valor da força de trabalho” (MARTINS, 2013, p.17). Segundo Martins, este último elemento não está

listado explicitamente por Marini, mas aparece em seus escritos sobre as razões do neodesenvolvimentismo:

As necessidades sociais são tão fundamentais quanto as estritamente físicas para a reprodução da força de trabalho, de acordo com as exigências do mercado de trabalho e do próprio desenvolvimento das forças produtivas. O trabalhador deve ter, por exemplo, o nível mínimo de qualificação (ou educação) necessárias, para poder vender sua força de trabalho, do mesmo modo como não pode prescindir do rádio e da televisão, quando esses meios de comunicação são generalizados, sob pena de converter-se em um bruto, abaixo do nível cultural da sociedade em que deve viver e produzir (MARINI, 1978, p.29)⁴.

Esses quatro elementos geralmente ocorrem de forma combinada. Além disso, Marini destaca que o processo de superexploração do trabalhador na América Latina ocorre permeado e embasado nos laços com a economia mundial, que possibilita que a produção não dependa da capacidade de consumo interno. É justamente sob essas bases que ocorre o processo de industrialização do país, ou seja, demandada pela economia de exportação. O autor considera que a industrialização da América Latina reproduz, de forma específica, a acumulação do capital baseada na superexploração do trabalhador e o modo de circulação que corresponderia a esse tipo de acumulação.

Assim, não operaria mais a dissociação entre produção e circulação de mercadorias em função do mercado mundial, mas haveria a separação entre esfera alta e esfera baixa de circulação no interior mesmo da economia [e] transferir-se-iam aos países dependentes etapas inferiores de produção industrial, reservando-se para os centros imperialistas as etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente (FORMAGI, et al 2012, p. 116).

Assim, Marini (2000) esclarece o processo de industrialização latino-americano, ou seja, a industrialização ocorre para atender a demanda dos países avançados e não a demanda interna. Esse fato acrescido do baixo nível tecnológico circunscreve a posição latino-americana na divisão internacional do trabalho, já que a “incorporação do progresso técnico em condições de superexploração do trabalho

⁴ Lãs necesidades sociales son tan fundamentales como lãs estrictamente físicas para La reproducción de La fuerza de trabajo, acorde a las exigencias que plantea el mercado de trabajo y el mismo desarrollo de las fuerzas productivas. El obrero debe presentar, por ejemplo, **El nivel mínimo de calificación (o educación) exigido, para poder vender su fuerza de trabajo**. Del mismo modo como no puede prescindir del radio, e incluso de La televisión, cuando estos medios de comunicación se generalizan se pena de convertirse em un bruto, por debajo de nivel cultural de la sociedad en que debe vivir y producir (MARINI, 1978, p.29).

acarreta inevitável restrição ao mercado interno, contando com significativo exército de reserva e ainda com a permanente necessidade de voltar-se ao exterior” (CARLEIAL, 2012, p.10).

Os estudos de Martins (2013), Carleial (2012) e Valencia (2009) sobre a obra de Marini apontam para a atualidade da discussão sobre a superexploração do trabalho, como motor do capitalismo contemporâneo. Assumindo a realidade brasileira como expressão singular desse debate, tem-se um mercado de trabalho heterogêneo, hierarquizado, segmentado e permeado pela precarização e pelo “processo de pauperização que funciona como mecanismo ideológico de exploração da força de trabalho” (MUELLER; FERRAZ, 2012, p.97).

O Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2014) caracterizou o mercado de trabalho brasileiro como pouco estruturado, com grande disponibilidade de mão-de-obra e dinamizado por uma estrutura produtiva marcada por grandes diferenças entre as empresas (tamanho, tecnologia, participação no mercado, etc.), no qual: a) apenas cerca de metade dos trabalhadores é contratada segundo as regras vigentes, tendo acesso às garantias oferecidas pela legislação do trabalho e, no entanto, a grande maioria está submetida a alta rotatividade, baixos salários e jornadas de trabalho extensas; b) o assalariamento sem carteira de trabalho assinada e o trabalho autônomo constituem parte expressiva do conjunto de ocupados, cuja precariedade de inserção decorre da falta de acesso ao contrato de trabalho padrão, da descontinuidade da relação de trabalho e da instabilidade de rendimentos; c) os mecanismos de proteção aos desempregados são muito limitados, em termos de duração e valor do benefício recebido e, ademais, a proporção de trabalhadores que pode requerer o seguro desemprego é relativamente pequena; d) os parâmetros que orientam os contratos de trabalho foram definidos em função do trabalhador individual, inexistindo regras que, referidas ao contrato coletivo, permitissem aos sindicatos negociar contratação e demissão de mão-de-obra.

Maia e Garcia (2011) reiteram essa caracterização do mercado de trabalho brasileiro, correlacionando-a ao desenvolvimento capitalista periférico e à estrutura produtiva com gritantes disparidades nos níveis de rendimentos e produtividade. Evidenciam ainda os diferentes níveis de acesso aos mercados e às tecnologias relacionados ao modelo de desenvolvimento adotado.

3 CONCLUSÃO

Enaltecemos a atualidade e a sustentação teórica da produção marxista frente ao mosaico de expressões metabólicas do capital, principalmente na vida de trabalhadores e trabalhadoras. O cenário desolador reitera a premência da análise rigorosa numa perspectiva histórica e de luta social.

Trabalhadores/as do mundo uni-vos! Essa máxima, tão rechaçada, é a alternativa posta para homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho e que tem presenciado, muitas vezes, atomizados, refrações nas conquistas sociais, regressões de direitos, acirramentos das injustiças sociais, aprofundamento das desigualdades, intensificação dos processos de corrupção, crescimento/concentração das riquezas.

É preciso reinventarmos as estratégias e formatos da luta social, pois é a luta social o elemento chave para a formação da consciência transformadora e revolucionária. É no processo de luta social que os sujeitos vão ressignificando suas práticas, desvelando determinações e contradições sociais, políticas, econômicas, culturais historicamente construídas.

Tonet (2014) aponta para a importância de atividades educativas emancipatórias de caráter revolucionário, que possibilitem a compreensão de qualquer objeto como resultado de um processo histórico e social, com múltiplas determinações, ou seja, implica em desvelar a origem, a natureza e o tempo histórico como um momento do processo de construção da totalidade do ser social.

Assim, o referido autor aponta quatro características particulares para denominar as atividades educativas como emancipadoras e com caráter revolucionário:

Primeiramente Tonet (2014) reforça a premência da dimensão histórica da realidade social, trilhada e construída por homens e mulheres nas condições e “circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1977, p.17). Em segundo lugar, o referido autor aponta para a necessidade das atividades educativas propiciarem a compreensão da “origem e natureza da sociabilidade capitalista, da lógica de reprodução do capital, das contradições e das classes sociais típicas da sociedade burguesa” (TONET, 2014, p.19), objetivando com

isso caracterizar e apreender as causas e consequências da crise do capital e, por conseguinte, as possibilidades, caminhos e necessidade de superação dessa forma de sociabilidade.

Para tanto, aponta em terceiro lugar a importância que as atividades possibilitem a construção de uma sociedade socialista. Assim, requer uma sólida construção de valores, convicções, fundamento teórico-prático, tomando como ponto de partida a categoria trabalho e a compreensão de que todas as outras dimensões da vida social originam-se do trabalho. Desta forma, necessita ainda visualizar que um processo revolucionário e transformador parte da mudança na forma de trabalho, erradicando o trabalho assalariado e substituindo-o pelo trabalho associado. Por fim, Tonet afirma que são atividades educativas aquelas que permitem “compreender a natureza específica da educação, a função social que ela cumpre, suas possibilidades e limites. Esta compreensão evitará a supervalorização da educação, como responsável fundamental pelo progresso”. (Idem, p.21).

Tonet (2014), bem como os defensores (para citar alguns: Mészáros, Netto, Frigotto) da viabilidade da construção de uma outra ordem societária, de uma outra forma de sociabilidade, de projeto de educação, são unânimes na defesa e na adequação da obra marxiana como fundamento filosófico, teórico e metodológico para a consecução desse horizonte. Coloca-se como desafio o aprofundamento da formação teórica numa perspectiva histórico-dialética, ampliação e solidificação das organizações científicas, sindicais, políticas e culturais e a construção de uma subjetividade com determinação para alterar a atual ordem social que dilacera a vida (FRIGOTTO, 2013).

Explicita-se que o desafio é tanto no plano individual, subjetivo quanto coletivo, tanto nas particularidades, quanto nas generalidades. Assim, as lutas sociais, gerais ou particulares que compartilhem da construção de uma sociabilidade para além do capital requerem auto-organização da classe trabalhadora, clareza de projeto político, engajamento, militância, práxis revolucionária, articulação política e orgânica. Dada a complexidade e adensamento da ordem vigente, bem como os equívocos na leitura marxiana e dos projetos de intencionalidade socialista, o caminho a ser percorrido é longo, contudo os primeiros passos são justamente a formação de uma consciência e subjetividade para além do capital.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. Dimensões da crise e metamorfoses do mundo do trabalho. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, n. 50, abr.1996, p. 78-86.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A divisão internacional do trabalho como categoria central da análise de Ruy Mauro Marini. In: NEVES, Lafaiete Santos (org). **Desenvolvimento e dependência: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba, CRV, 2012, p. 7-13.

COGO, Paulo Sérgio Fernandes. Trajetórias profissionais. In: CATTANI, Antônio David; HOLZMANN, Lorena (Orgs.). **Dicionário de Trabalho e Tecnologia**. 2. ed. Porto Alegre: Zouk, 2011.p 465-470.

DIEESE. **Metodologia: principais conceitos da pesquisa de emprego e desemprego (PED)**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>>. Acesso em: 19 jan. 2014.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital imperialismo: teoria e história**. 2. ed. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

FORMAGI, Lenina et al. A superexploração do trabalho no Brasil: algumas evidências da atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. In: NEVES, Lafaiete Santos (org). **Desenvolvimento e dependência: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba, CRV, 2012, p.111-126.

FOSTER, John Bellamy. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Novos fetiches mercantis da pseudo-teoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio**. Texto apresentado pelo autor na aula inaugural da rede de ensino de Rio das Ostras, 06 de fevereiro de 2013, disponível em: <http://www.rededemocratica.org/index.php?option=com_k2&view=item&id=3117:a-pseudo-teoria-do-capital-humano&Itemid=125>. Acesso em: 05 jan. 2015.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo. Editora Loyola, 16ª edição, 2007.

LIMA, Rômulo André Lima. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. **XXXVII Encontro Nacional de Economia da ANPEC**, Foz do Iguaçu, 2009 (anais).

LUCKÁS, György. **Ontologia do Ser Social**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, São Paulo, 1979.

MAIA, Rosane & GARCIA, Lucia. Informalidade atualizada: análise das regiões metropolitanas e Distrito Federal no período de 1999 a 2009. In: OLIVEIRA, Darcilene Gomes & TARGINO, Ivan. **Marchas e contramarchas do trabalho: das origens às abordagens**. João Pessoa, Ed. Universitária, 2011.

MANDEL, Ernest. **Capitalismo Tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. São Paulo, Vozes, 2000.

_____. Las razones del neodesarrollismo: respuesta a Fernando Henrique Cardoso y José Serra. In: **Revista mexicana de sociologia**, México, n. especial, 1978
Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/007_neodesarrollismo_es.htm>

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras editora, 1997.

MARTINS, Carlos Eduardo. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (org). **Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini**. Brasília: Ipea, 2013, p. 15-48.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume I, Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 4ª edição, 1968.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Livro I, Volume II, Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 22ª edição, 2008.

_____. **O dezoito brumário**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1977.

_____. Prefácio da 1ª e Posfácio da 2ª Edição. In: MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1, São Paulo, Ed. Difel, 1987.

_____. Prefácio. In: MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo Editorial; editora da Unicamp, 2002.

MÜLLER Rafael Rodrigo & FERRAZ, Deise Luiza da Silva. Crescimento econômico, progresso técnico e desigualdade social sob a perspectiva de Marini e Oliveira. In: NEVES, Lafaiete Santos (org). **Desenvolvimento e dependência: a atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba, CRV, 2012, p. 87-110.

NETTO, Jose Paulo. Transformações societárias e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 50, p. 87-131, abr. 1996.

Rev. Interd. em Cult. e Soc. (RICS), São Luís, v. 5, n. 1, p. 1- 25, jan./jun. 2019
ISSN eletrônico: 2447-6498

NETTO, José Paulo & BRAZ, Marcelo. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo, Cortez, 5ª edição, 2009.

OLIVEIRA, Avelino. **Educação e exclusão**: uma análise ancorada no pensamento de Karl Marx. Tese, 2002.

QUINTANEIRO, Tania; BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira; OLIVEIRA, Márcia Gardênia Monteiro. **Um toque de clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. 2. ed. Rev. Amp. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

PARANHOS, Michelle Pinto. A política educacional para a formação dos trabalhadores e a especificidade do projeto capitalista brasileiro: o ideário educacional em função da (dês) qualificação do trabalho. In: **B. Téc. Senac: a R. Educ.**: Prof., rio de janeiro, v. 36, n.2, maio/ago., 2010.

RIBEIRO, Carla Vaz dos Santos & MANCEBO, Deise. Concurso público, uma alternativa sensata frente às turbulências do mundo do trabalho? **Trabalho & Educação** – vol.18, nº 1 – jan./abr., 2009.

SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, Sandra T. S. **A qualificação para o trabalho em Marx**. 272 f. Tese Doutorado em Economia) – Setor de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005.

TONET, Ivo. Atividades educativas emancipatórias. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 9-23, 2014. Disponível em:
<file:///C:/Users/Adriana/Downloads/5298-20394-1-PB.pdf>. Acesso em: 14 nov. 2014.